

# Agoniza mas não morre: as raízes pós-modernas da retirada da obrigatoriedade da disciplina de História Econômica na História UFF

Alice Ribeiro Dias<sup>1</sup> e João Pedro Lima Souto<sup>2</sup>

## Introdução

O presente artigo, fruto dos acúmulos de leituras e debates promovidos pela disciplina de História Econômica, ministrada pelo professor Cezar Honorato, visa engajar uma discussão em torno da retirada da obrigatoriedade da disciplina de História Econômica do Currículo da História UFF, entendendo as motivações e o debate gerado no processo da Reforma Curricular de 1992, bem como investigar o contexto histórico e intelectual ao qual se deu sua retirada. As fontes mobilizadas para sustentação científica do presente artigo girarão em torno do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Departamento de História (IHT - UFF), publicações em revistas e textos acadêmicos, bem como o uso de entrevistas com Professores do Departamento de História (IHT - UFF). Procuraremos, através da revisitação dos debates correntes à época, construir as condições intelectuais e historiográficas que suscitaram uma hegemonia que escanteou a História Econômica da centralidade das discussões historiográficas, abrindo espaço para uma linha (política) ontológico-metodológico de relativização científica nos anais da História.

O trabalho decorrerá em sete partes de organização dos debates propostos, incluindo esta seção introdutória. Ao longo de 3 seções abordaremos os antecedentes da virada pós-moderna, que terão elementos chave para compreender o contexto intelectual que impactou a produção historiográfica brasileira, foco da quinta parte do texto. Em seguida, traremos considerações a respeito da Reforma Curricular de 1992 na História UFF, nos apoiando em entrevistas realizadas com os professores Cezar Honorato e Carlos Gabriel Guimarães.

---

1      Graduanda em História/UFF

2      Graduando em História/UFF

Por fim, o artigo conta com a seção final da qual sintetizamos todo debate levantado ao longo de nosso trabalho.

Antes de nos ocuparmos com os debates que ocorreram na Reforma Curricular de 1992, é necessário que tomemos conhecimento do processo de virada ontológica que acometeu a história-disciplina globalmente durante as décadas de 70 e 80, que possibilitaram a relativização da importância do eixo de História Econômica. O Projeto Político-Pedagógico vigente da História UFF, descreve esse processo em sua introdução, evidenciando o impacto imposto:

“O currículo de História objeto da presente reformulação foi elaborado na década de 1990, no auge dos debates acerca da natureza do discurso histórico, de seu valor de verdade e da possibilidade de produzir conhecimento em uma condição permanente de assimetria entre conhecimento e experiência, como já diagnosticava F. Falcon em 1998 ao analisar as implicações epistemológicas da “crise da história” (na apresentação à edição brasileira de *Passés Recomposés. Champs et chantiers de l’histoire*, orgs. J. Boutier et D. Julia, 1995). (PPP, 2016-2018)

## Raízes Históricas da virada pós-moderna

Na introdução do livro *Domínios da História*, Ciro Flamarion apresenta as raízes históricas dessa virada: “Uma das opções possíveis para definir o deslocamento de paradigma na área das humanidades e das ciências sociais que se liga, em nosso século, a um processo mais ou menos longo cuja fase decisiva parece ter sido 1968-1989” (CARDOSO, 1997, p. 21). E mais adiante na apresentação da virada desses paradigmas: “

Útil aos estudantes, professores e pesquisadores que atuam no setor dos estudos históricos, consiste em adotar, até por razões de economia de espaço, uma perspectiva macro-teórica: apresentar a disciplina histórica hoje a partir da oposição entre dois paradigmas polares, chamando-os de “iluminista” e “pós-moderno”” (CARDOSO, 1997, p. 22)

O paradigma “iluminista” como nomeia Ciro, anterior ao processo da virada ontológica, é composto pelas mais diversas correntes ontológico-metodológicas da modernidade, desde a fundação das ciências de análise da vida social tal qual conhecemos hoje. No entanto, ainda dentro da diversidade das correntes da modernidade, o marxismo se apresenta enquanto um ponto de inflexão às demais, subvertendo as categorias de análise das ciências sociais até então. Procuraremos, a partir de agora, estabelecer as relações histórico-concretas que o marxismo (escanteando suas interpretações vulgarizadas) influenciou a Economia e a História, para então compreendermos as raízes da Historiografia Econômica clássica brasileira.

Desde o desenvolvimento do método do materialismo histórico e dialético, inicialmente apresentado por Marx em sua *Introdução à Crítica da Economia Política* de 1859, Economia e História, em seu processo de subversão dialética, são disciplinas essenciais e necessárias à aplicação metodológica para a análise e apreensão da realidade. Isto porque, para Marx, a disciplina da economia deveria se rebelar à sua constituição vulgarizada clássica, que se limitava a desassociação dos aspectos econômicos da vida social das ações do homem. Em Marx, a economia é entendida enquanto a ciência da expressão dos aspectos da reprodução da vida social promovida pelo *ser social*. Gyorgy Lukács descreve bem as bases ontológicas da Economia burguesa vulgar, em *Para uma Ontologia do Ser Social* (Volume 1), ele expõe:

“A economia política burguesa sempre padeceu do dualismo produzido pela rígida separação desses dois procedimentos. Em um polo, surge uma história econômica puramente empírica, na qual desaparece a conexão verdadeiramente histórica do processo global; no outro polo - da teoria da utilidade marginal até as pesquisas manipulatórias singulares de hoje -, surge uma ciência que, de modo pseudo teórico, faz desaparecer as conexões autênticas e decisivas, mesmo que, em casos singulares, casualmente possam estar presentes relações reais ou seus vestígios.” (LUKÁCS, 2012, p. 306)

Em seu célebre *Prefácio de 1859*, Marx expõe sua visão de mundo a partir de seus estudos mais direcionados à Economia e a investigação da reprodução social de variadas formas sociais desde a antiguidade. Sobre a forma social burguesa, ele desenvolve sobre as bases metodológicas de apreensão do real, e mais adiante as relações dialéticas das diversas dimensões da vida social, ele expõe:

“na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual.” (MARX, 1982)<sup>3</sup>

Nesse sentido, podemos estabelecer portanto, que Marx inaugura uma nova interpretação acerca da então chamada “Economia Burguesa”. Essa interpretação, no entanto, foi e é até os dias atuais, duramente combatida pelos ideólogos burgueses, que sempre buscaram alienar e velar o campo da Economia à ações sem sujeitos, ou mesmo colocá-las enquanto teses que estabelecem vínculos de seu produto à natureza do ser humano. O aliciamento das práticas

<sup>3</sup> Direitos de tradução em língua portuguesa reservados pela Editorial “Avante!” - Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982.

econômicas cotidianas e globais às ações humanas, como explicitou Marx, é um tanto perigosa para os mesmos, uma vez que apontar que seu produto - a miséria e a desigualdade - foram e são produzidas por sujeitos, que as pensam e as fazem.

Estabelecida então, a nova essência que Marx buscou para a economia, nos ocuparemos de expor as interpretações de Marx (e os marxistas) sobre a História, construindo seus processos de virada ontológica, em especial à Historiografia Alemã. Para tanto, nos interessa expor as bases da historiografia alemã desde o Historicismo Alemão, pois como aponta Ciro Flamariom em *Domínios da História*, há um retorno metodológico na essência do paradigma “Pós-Moderno” da história-narrativa, que encontra sua gênese justamente nesse corte historiográfico.

## O Historicismo Alemão

A essência da metodologia (e também da ontologia que a precede) do Historicismo Alemão é fundamentada na desvinculação de uma história aliada a processos globais, não apenas a priorização de elementos particulares em relação à universais, mas também a negação da existência de qualquer relação entre as categorias. Essa relação é expressa por José D’assunção Barros<sup>4</sup>:

“O paradigma historicista completo, este é o ponto, principia enfaticamente com (1) o reconhecimento da ‘relatividade do objeto histórico’. De acordo com este princípio, inexistem leis de caráter geral que sejam válidas para todas as sociedades, e qualquer fenômeno social, cultural ou político só pode ser rigorosamente compreendido dentro da história. A historicidade do objeto examinado (uma sociedade humana, por exemplo, mas também uma vida humana individual, ou qualquer evento ou processo já ocorrido ou em curso) deve ser o ponto de partida da investigação – e não, como propunha o Positivismo, a universalidade das ‘sociedades humanas’ ou a unidade fundamental do comportamento humano. Aprender com radical historicidade toda e qualquer realidade, seja esta uma realidade social ou natural (ou as duas coisas) será aqui a palavra de ordem historicista: o ponto cego do qual tudo se origina.” (BARROS, 2012, p. 405)<sup>5</sup>

A relação entre História e legalidade na historiografia alemã também é destacado por Lukács, ele argumenta:

“A ciência burguesa, em particular a alemã depois de Ranke, construiu uma oposição entre lei e história. A história é vista como um processo cuja unicidade, incomparabilidade, irrepetibilidade etc. manifestas seriam antinômicas em

4 Historiador e Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (Brasil).

5 Revista Antíteses v. 5, n.9, p. 391-419, jan/jul 2012

relação à “validade perene” das leis. Porém, tendo em vista que as questões ontológicas são aqui deixadas de lado, a antinomia se reduz ao dualismo entre pontos de vista que se excluem reciprocamente, sendo por isso não científica.” (LUKÁCS, 2012, p.358)

O trecho destacado para a atribuição de uma História “sem leis” é evidenciado pela manipulação da relação sujeito-objeto, reduzindo o ofício do historiador a singularidades desconectadas da realidade mais ampla. A apreensão dessa relação será necessária para apontarmos mais a frente as bases ontológicas e metodológicas do “Paradigma pós-moderno” que em muito conversa com o tipo determinado da relação sujeito-objeto do Historicismo Alemão.

Ainda dentro da Historiografia alemã, a relação entre História e legalidade é questionada tanto pela influência de Nietzsche quanto, e principalmente, por Hegel, que inaugura uma nova visão de mundo acerca da História.

Cabe mencionar, sem muito alongar pois não se trata de nosso objeto, que a relação de Marx e Hegel com a História foram parte de uma mesma síntese no seio do marxismo. A concepção teleológica da História, sob uma perspectiva de uma linearidade hiper determinada em muito influenciou o marxismo por todo século XX, como apontaremos futuramente, os clássicos da Historiografia Econômica brasileira foram fortemente acometidos por essa concepção.

O atestamento de uma Teoria (ou Filosofia) da História em Marx ainda é um ponto polêmico entre os marxistas, no entanto, desde seus escritos sobre uma nova concepção de História na Ideologia Alemã, é possível estabelecermos seus princípios ontológicos acerca da ciência. “Só conhecemos uma única ciência, a ciência da história” (MARX & ENGELS, 2007, p. 86). Esse atestamento revela em Marx que a História possui uma centralidade para a apreensão metodológica da realidade, é nela que ocorre também o processo de socialização do ser social, se singularizando de qualquer outro ser da Natureza. Como apontam Marcelo Carcanholo<sup>6</sup> e André Guimarães<sup>7</sup>, principais intérpretes da Teoria Social Marxista, a interpretação acerca de uma filosofia da História se dá no apontamento das bases materiais que possibilitaram a reprodução do ser social, desvinculando-se dos entendimentos - quase futurólogos - de transição ao socialismo por determinação “histórica”. Ambos apontam:

“Assim, não há filosofia da história em Marx porque a história não pode ser derivada de princípios abstratos. Não se trata de uma contraposição de uma

6 Doutor e Professor do Departamento de Economia/UFF.

7 Doutor e Professor do Departamento de Economia/UFF.

filosofia da história idealista – história como desenvolvimento da consciência - e uma materialista - história como desenvolvimento das forças produtivas - esta última supostamente presente em Marx. Uma teoria da história em Marx, presente desde *A Ideologia Alemã*, pode ser resumida nos princípios de que as forças produtivas são sociais, de que relações de produção e forças produtivas se determinam reciprocamente e que o papel das forças produtivas como momento predominante é apenas o de condicionante, de limitador de possibilidades.” (CARCANHOLO & GUIMARÃES, 2014, p. 21)

Por fim, retomando os entendimentos do Historicismo Alemão acerca da relação entre a História e suas legalidades exposto anteriormente, Gyorgy Lukács oferece a interpretação do Materialismo Histórico, apontando na categoria *Trabalho* a base do movimento em que a História é feita, o húngaro diz:

“Em Marx, ao contrário, a lei é o movimento interno, imanente e legal do próprio ser social (...) eleva - historicamente - sobre o mundo inorgânico e orgânico, mas não pode jamais, por necessidade ontológica, abandonar essa sua base. O elo central de mediação, que desse modo se coloca cada vez mais energeticamente além da mera naturalidade, mas conservando-se, de maneira irrevogável, radicado nela, é o trabalho.” (LUKÁCS, 2012, p. 359)

Concluída a primeira parte da exposição do artigo, fundada na articulação acerca das interpretações sobre Economia e História antes, com e após Marx e seu método, podemos concluir portanto que a ontologia marxista oferece novas interpretações teórico-metodológicas acerca das Ciências. A exposição dessas interpretações foram necessárias para colocarmos futuramente, ao apontar as bases do paradigma pós-moderno, que a virada do paradigma é também um atestamento para determinar o fim de interpretações globais conexas na apreensão da realidade, tal qual o marxismo se propõe.

## A virada pós-moderna

O professor Ciro Flamariom, na introdução da obra *Domínios da História*, examina os principais pontos ontológicos e metodológicos que os autores da virada pós-moderna utilizaram para desenvolver sua linha de pensamento irracionalista contemporânea. Ciro expõe:

“O primeiro ponto, se aplicado à história-disciplina, levaria a afirmar que os pretensos centros (entenda-se: lugares de onde se fala) a partir dos quais se afirmariam as diversas posturas diante da mesma não são legítimos ou naturais, mas sim ficções arbitrárias e passageiras, articuladoras de interesses que não são universais: são sempre particulares, relativos a grupos restritos e socialmente hierarquizados de poder (em outras palavras: não há História; há histórias “de” e “para” os grupos em questão).” (CARDOSO, 1997, p. 39)

Há evidente, na exposição acima, a negação da categoria da universalidade

de, bem como suas relações. Essa afirmação implica na quebra de articulação do objeto-História com sua realidade material, bem como na estratificação dos complexos que articulam a reprodução da vida social, independente de sua determinação temporal. A definição do objeto para os autores da virada pós-moderna implica na apreensão de uma História recortada e desarticulada, um retorno à História sem complexidade e sem cientificidade.

No ponto seguinte de exposição, Ciro também coloca a centralidade do *metadiscurso* e do estudo da culturalidade na sociedade dentro da teoria pós-moderna, articulada aos processos de descrença de uma teoria global da História, ele expõe:

“O segundo ponto significa que, no mundo em que agora vivemos, qualquer “metadiscurso”, qualquer teoria global, tornou-se impossível de sustentar devido ao colapso da crença nos valores de todo tipo e em sua hierarquização como sendo universais, o que explicaria o assumido niilismo intelectual contemporâneo, com seu relativismo absoluto e sua convicção de que o conhecimento se reduz a processos de semiose e interpretação (hermenêutica) impossíveis de ser hierarquizados de algum modo que possa pretender ao consenso.” (CARDOSO, 1997, p. 39)

E mais adiante na resposta sobre a indagação da centralidade da episteme na construção da história-narrativa:

“seria recomendável abandonar o analítico, o estrutural, a macroanálise, a explicação — ilusões cientificistas — em favor da hermenêutica, da microhistória, da valorização das interações intencionalmente dirigidas, da concepção da história como sendo narrativa e literária. (CARDOSO, 1997, p. 42)

Os trechos destacados evidenciam os aspectos da projeção pós-moderna sobre a realidade e a História na determinação do fim de interpretações globais, bem como da universalidade. Essa perspectiva, que buscaremos desenvolver em nossa conclusão, objetivou o combate ao marxismo, e por conseguinte do eixo de História Econômica que sempre esteve lotada com intérpretes do marxismo, e também para além destes, de teses globais e universalizantes da História, como a braudeliana.

## História Econômica e as raízes marxistas no Brasil

A historiografia brasileira adentra uma nova era a partir dos anos 30. É com Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. que o campo se modifica e inicia uma nova tradição no modo de produção do conhecimento, lidando com fontes e metodologias antes não trabalhadas, é a partir desse momento que os estudos da História Econômica Brasileira buscam

entender as raízes da sociedade e a formação da economia do Brasil. Livros que posteriormente vem a se tornar clássicos são publicados desse período em diante, como *Casa-Grande & Senzala* de Freyre em 1933, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de 1936, e Caio Prado, já um pouco depois, com *Formação do Brasil Contemporâneo* em 1942. O momento de agitação política e econômica tanto mundial quanto do país da década de 30 pode explicar as novas reflexões sobre a sociedade brasileira que impulsionaram esses estudos. A crise de 1929, a famosa Revolução de 30 - ou Golpe dependendo das bases de análise - e a Segunda Guerra geram debates sobre como organizar a economia dos Estados para alcançar o desenvolvimento.

A tríade mencionada possui cada um suas especificidades mas são constantemente apresentados juntos pela relevância que ganham no contexto em que escrevem inaugurando um novo objeto de análise: o Brasil em sua totalidade. Gilberto Freyre aparece primeiro com um postulado que até o hoje permeia o imaginário da população brasileira que é a ideia da formação de um povo mestiço resultado das interações entre os povos indígenas, os europeus e os escravizados africanos. A sua interpretação se destaca muito pelo método que é utilizado na época, contendo elementos que foram conseguidos graças a aproximação a outras áreas das Ciências Humanas. O sociólogo Antônio Cândido<sup>8</sup> coloca o poder dessa articulação em palavras:

“*Casa-grande & Senzala* é uma ponte entre o naturalismo dos velhos intérpretes da nossa sociedade, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e mesmo Oliveira Vianna, e os pontos de vista mais especificamente sociológicos que se imporiam a partir de 1940. Digo isso em virtude da preocupação do autor com os problemas de fundo biológico (raça, aspectos sexuais da vida familiar, equilíbrio ecológico, alimentação), que serviam de esteio a um tratamento inspirado pela antropologia cultural dos norte-americanos, por ele divulgada em nosso país.”  
(CÂNDIDO, p.10, 1995)

Apesar de ser passível de diversas críticas - como uma certa visão idealizada das relações entre os grupos que compuseram a formação social e cultural do que chamamos de brasileiro e que não compreende as violências que permearam esse processo - os trabalhos de Freyre foram fundamentais para abrir caminho para reflexões referentes à construção a realidade brasileira, sendo essas contribuições posteriores colocadas em contraposição às ideias dele mas também produções que se propõe somar com as formulações de Gilberto Freyre.

Sérgio Buarque de Holanda, assim como Freyre, é considerado um dos fundadores do ensaísmo e tem grande importância para a historiografia por

8 Antônio Cândido foi um sociólogo e crítico literário brasileiro, ele foi o responsável por escrever o prefácio e o post-scriptum do livro *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda em edição publicada pela Companhia das Letras.



ser capaz de uma grande articulação disciplinar no seu clássico através de um jogo dialético.

“O seu respaldo teórico prendia-se à nova história social dos franceses, à sociologia da cultura dos alemães, a certos elementos de teoria sociológica e etnológica também inéditos entre nós. No tom geral, uma parcimoniosa elegância, um rigor de composição escondido pelo ritmo despreocupado e às vezes sutilmente digressivo, que faz lembrar Simmel e nos parecia um corretivo à abundância nacional.”(CÂNDIDO,1995, p.10)

É pensando o “homem cordial” que Holanda analisa a construção social, política, econômica e cultural no Brasil, da colonização ao século XX, apontando os efeitos de uma herança ibérica, da escravidão e de uma economia agrária. Ele mostra como o afeto e os laços comunitários são algumas das fraquezas das estruturas políticas brasileiras, que funcionam em tom informal devido a tal cordialidade. Em *Raízes do Brasil* é pontuado “com fina sensibilidade, algumas das mazelas de nossa vida social, política e afetiva, entre elas a incapacidade secular para separar o espaço público do privado” (HOLANDA, 1995).

Já Caio Prado foi o responsável por olhar para o país colocando em prática pela primeira vez o materialismo histórico como chave de “interpretação do passado em função das realidades básicas da produção, da distribuição e do consumo”(CÂNDIDO, p,11, 1995). Antes mesmo de *Formação do Brasil Contemporâneo* ele já trazia o método para o cenário intelectual, no livro *Evolução Política do Brasil* de 1933 o autor se utiliza da base marxista para construir a sua análise, porém em tom mais ensaístico que a obra de 1942.

A perspectiva pradiana tem tamanha importância que constitui um paradigma. A História Econômica de Caio Prado Jr. gerou a Teoria dos Ciclos Econômicos, modelo que se propõe a sistematizar a rotatividade das atividades econômicas do Brasil dando foco para os produtos agrícolas de exportação. Por meio de uma visão mais global, Prado posiciona o Brasil no cenário do comércio mundial colonial. São identificados, por exemplo, os ciclos do pau-brasil, cana-de-açúcar e ouro.

O paradigma pradiano, até mais que uma interpretação sócio econômica do Brasil pautada em fontes inaugurando uma nova tendência, se impõe como uma obra de caráter político muito forte. Como comunista, membro do PCB, Prado se dedicou a transmitir um referencial teórico marxista que, através da Teoria dos Ciclos, mostrava como desde os primórdios da colonização toda a produção brasileira, fruto de exploração e com características de uma “vasta empresa comercial” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 19-20), era controlada pela

demanda e interesses das metrópoles europeias.

O marxismo no Brasil da década de 1950, ganha alguns outros expoentes como Nelson Werneck Sodré<sup>9</sup>. Nesse momento ele discute as possibilidades do desenvolvimento nacional através de primeiro uma revolução burguesa para depois alcançar uma revolução comunista. No seu texto *Quem é o Povo no Brasil?* escrito para a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* organizada pelo Centro Popular de Cultura da UNE (União Nacional dos Estudantes) ele resume esse pensamento:

“Mas chegou, sem a menor dúvida, a fase em que as tarefas progressistas e revolucionárias desta etapa histórica, em nosso País, têm de ser cumpridas, em que o seu cumprimento é inevitável. Se elas se cumprirão por um processo meramente político ou se serão cumpridas por um processo violento, depende das classes dominantes superadas e do imperialismo a que servem sendo certo que o povo prefere o caminho pacífico.” (SODRÉ, 1962? p.59-60)

A construção dessa perspectiva de uma revolução por etapas, assim como a teoria de Caio Prado, sofre de uma linearidade hiper determinada, como citado anteriormente. Uma crítica justa que instiga outros trabalhos, que apreendam uma pluralidade de tempos e realidades, sejam produzidos para se somar ao que se construiu, principalmente, por Prado. Acontece que a partir da segunda metade dos anos 60, e adentrando os 70, o marxismo, que vinha criando suas bases no Brasil, começa a ser questionado, assim como a Escola dos Annales, esses que são os dois maiores referenciais com olhar para a História Total.

“A partir de 1968 os dois principais paradigmas, a escola dos annales e a historiografia marxista, começam a ser questionados refletindo uma destotalização da História visto que as duas linhas buscam uma abordagem de “longa duração e a ênfase nas estruturas econômico-sociais para a compreensão das sociedades, locus privilegiado até mesmo para a compreensão da política e da cultura.” (FLORENTINO; FRAGOSO, 1997, p. 56)

A partir dos anos 70 com o descarte das bases teóricas globalizantes da História, fruto da virada pós-moderna, percebe-se um crescimento na produção de uma História recortada e desarticulada. A limitação explicativa gerada pela mudança ontológica que reduz o objeto de análise e aliena ele de uma observação mais ampla que compreenderia os âmbitos social, cultural e econômico ignora também as possibilidades de se trabalhar a interdisciplinaridade, método que foi essencial para Gilberto Freyre e Sérgio Buarque já que articulavam principalmente a sociologia e a antropologia com o saber histórico. Em consequência da popularização da “História em migalhas”<sup>10</sup> há uma tendência mun-

9 Nelson Werneck Sodré foi um historiador e militar brasileiro, integrante do PCB.

10 Expressão utilizada pelo historiador francês François Dosse.

dial de diminuição de produção de trabalhos com o foco no entendimento de estruturas e conjunturas dentro do campo da História Econômica, momento esse que se difere de um período anterior. No Brasil, isso começa a ser sentido pelas décadas de 80 e 90, quando se observa nos Programas de Pós-Graduação que as teses do campo passam a se concentrar em apenas 20% do total de defesas, cenário em que se encontrava a Universidade Federal Fluminense.

“Mais dramática ainda é a retração verificada nos programas de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (esta última a maior universidade federal do Brasil) entre 1980 e 1992. Aqui se demonstra que, se no início dos anos 80, seis em cada dez trabalhos defendidos no Rio de Janeiro dedicavam-se à história econômica, em 1992 investigações deste tipo ocupavam menos de dois entre cada dez pesquisadores.” (FLORENTINO; FRAGOSO, 1997, p. 55)

## A Reforma Curricular de 1992 na História UFF

De antemão, acreditamos ser necessário colocar que até a presente data, não conseguimos localizar o documento do Projeto Político-Pedagógico de 1992, o qual nós utilizaríamos para uma abordagem comparativa com o PPP mais recente. No entanto, nos ancoramos nas entrevistas com os professores César Honorato e Carlos Gabriel, ambos do Departamento de História da UFF e da área de História Econômica.

É possível identificar, a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP) mais recente, além das justificativas citadas ao longo do artigo, um dos principais objetivos dessa reformulação: a formação de historiadores com base sólida tanto em pesquisa quanto em docência. Para tanto, o curso foi estruturado em dois núcleos de estudo e a grade curricular foi organizada em eixos cronológicos e temáticos. (PPP, 2016-2018).

Apesar de não termos tido acesso às discussões e a essa reforma de 92 na íntegra, pudemos contar com o relato da experiência de dois professores do departamento de História que estavam presentes na universidade à época da discussão. Perguntado a eles qual tinha sido o posicionamento em relação a retirada de História Econômica do currículo, foi respondido pelo professor Cezar Honorato que ele foi contra a retirada.

“É óbvio que eu fui contra a retirada da história econômica. Embora eu concordasse com a argumentação do Cezar Cardoso de que a história é total, e aí a formação do Cezar é nesse sentido, eu, com outros professores, defendemos que era um absurdo como estava se pensando, por quê? Porque retiraria do aluno um conteúdo fundamental na formação desse aluno, especialmente para quem fosse virar, que era a maioria, professor de história.” (HONORATO, 2024).

Já o professor Carlos Gabriel respondeu que não atuava como docente à época da decisão, mas que vivenciou como graduando o currículo antigo, em que eram oferecidas três disciplinas obrigatórias de História Econômica. Segundo o professor, é perceptível uma diferença na formação daqueles historiadores que tiveram contato com as disciplinas e dos que não tiveram contato, em entrevista, o mesmo estabeleceu as relações com o antigo currículo, ele argumenta:

“No currículo antigo, nós tínhamos três disciplinas de História Econômica. Eu fiz História na graduação de História na UFF, então eu tive História Econômica geral I, II e III, tá? E eu fui monitor também de história econômica geral na época. Então, eu percebi muito bem que aquele currículo tinha tudo a ver com o que era a escrita da História até então, não é isso? Aquela história total, aquela história estrutural, não é isso? Toda aquela leitura dos anais do marxismo está muito presente na feitura da história, não é isso? E é bom perceber que nos anos 80 os novos métodos, as novas abordagens e os novos objetos do famoso Le Goff, Nora e toda a influência, vamos dizer assim né, a nível mais macro com a derrota do mundo de Berlim, com a queda do muro e o próprio declínio daquela “leitura marxista” mais do Partido Comunista, mas não do marxismo que acabou continuando com o Thompson, com o Hobsbawm, com o Hilton, Anderson e outros, mas com essa derrota política mais macro, que foi a queda do muro de Berlim, isso fez com que o marxismo, que estava por detrás, ou na verdade o marxismo que estava por detrás de uma das vertentes da história econômica, vamos dizer assim, isso fez com que enfraquecesse na luta dentro do campo da história, a permanência da história econômica no currículo de História da UFF.” (GUIMARÃES, 2024)

O professor ainda complementa a sua insatisfação.

“Foi uma grande perda. Eu não sei se voltará para o currículo. Eu gostaria muito que tivesse uma história econômica geral. Uma só, não precisa de duas não, mas justamente para dialogar com essa história que vocês cursam, a nível da história política, a nível da história social quando fala de Antigo Regime, quando fala de século XIX, do capitalismo, da construção dos Estados Nacionais. Então eu acho que sem história econômica não dá para estudar história política, não dá para fazer história cultural, ou seja, está tudo interligado. É a minha visão, é a visão de um historiador que busca sempre a história total.” (GUIMARÃES, 2024)

## Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo analisar um pouco do contexto de mudanças que antecederam a retirada de História Econômica da grade curricular obrigatória da História na UFF. Para isso, foram abordadas discussões teóricas de grande importância que influenciaram no modo como as pesquisas na área eram pensadas e conduzidas. Nesse sentido, com o processo de vira-

da de paradigma, aliado ao contexto histórico da queda da União Soviética, o desmantelamento do Bloco Socialista e a concretização da hegemonia do Capital - e de seu pensamento - abriu brecha para a revisão das abordagens que buscavam uma *História Total*. Como aponta o professor César Honorato em entrevista concedida:

“Sim, é um momento político, de crítica. A história econômica sempre teve uma forte pegada do marxismo. Sempre teve. Embora você tivesse a história econômica de tradição norte-americana, etc. Então, você tem um momento político de questionamento desses grandes paradigmas. E o primeiro que se questiona é Marx.” (HONORATO, 2024).

Ao longo do artigo, argumentamos a favor de uma produção historiográfica que se dedica à abordagem global e total. À medida que a História Econômica é deixada de lado, autores como Karl Marx, Fernand Braudel, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e outros correm o risco de serem descartados.

Consideramos que um currículo que priorize a desarticulação de várias esferas de análise histórica é prejudicial à formação de futuros historiadores. Ambos os professores entrevistados ressaltam essa questão de que há um grande déficit teórico-metodológico na formação da geração de estudantes que não tem contato com a disciplina de História Econômica no currículo básico e obrigatório. Porém, na opinião do historiador Carlos Gabriel, recentemente tem acontecido um movimento crescente de interesse dos graduandos pela área da História Econômica. Tal fato ressalta uma ampliação nas categorias de pesquisa e pode vir do movimento de alguns professores do departamento de começarem a valorizar um pouco mais algumas análises voltadas para essa área da História, que engloba aspectos políticos, sociais e até religiosos de uma sociedade. Por isso, tem aumentado gradativamente a oferta de disciplinas - mesmo que não obrigatórias - no campo da História Econômica, gerando assim cada vez mais interesse dos estudantes. O professor pontuou o seguinte:

“E o que eu percebo é que os alunos, como vocês agora fazendo esse questionário, estão tendo interesse novamente pela história econômica, porque faz falta mesmo. A gente tem que entender que a história econômica, ela tem os números como um dos dados mais importantes. Não é isso? Preços, juros, lucros, escravos, é aquela coisa que vocês já ouviram falar. Mas o que o historiador econômico quer não é só o número em si, é saber o que está por detrás dos números. É isso, entendeu? Essa que é a verdadeira história econômica.” (GUIMARÃES, 2024)

Apesar de não estar obrigatoriamente no currículo, as disciplinas de História Econômica têm aparecido cada vez mais na grade de optativas, ou instrumentais, gerando assim o aumento do interesse por parte dos estudantes. Mes-

mo após ter ficado por alguns anos “apagada” pelos holofotes das pesquisas em História Social, ou Cultural, na UFF, a História Econômica nunca deixou de produzir trabalhos importantíssimos. O crescimento de pesquisas voltadas para análises econômicas demonstra que, assim como o título do trabalho, tal campo da historiografia “agoniza, mas não morre”, já que se faz presente nos mais atuais debates historiográficos.

Por fim, acreditamos ser necessário apontar a necessidade de retomar os estudos sobre as publicações do eixo de História Econômica, como foi feito por Fragoso e Florentino em *Domínios da História*, bem como a localização do Projeto Político-Pedagógico de 1992, do qual sintetizou os debates durante a reforma de 1992 a 1994. A necessidade de retomada da História Econômica, aliada a perspectivas totalizantes da História e também de renovação do Materialismo Histórico, parece apontar para uma saída melhor para a História, em comparação aos processos que foram tomados há cerca de 40 anos atrás. A perspectiva do colapso ambiental provocada pelo modo de produção capitalista, bem como o aumento dos índices da miséria e da desigualdade social, podem tendenciar a objetivação de interpretações globais, bem como a retomada da categoria da *universalidade* e suas relações na História. Nesse sentido, encontramos a partir desse trabalho, a necessidade da retomada de um debate crítico acerca do currículo da História UFF, uma vez que os aspectos do paradigma pós-moderno ainda influenciam não apenas a grade curricular mas principalmente a limitação no acesso à novos campos do conhecimento histórico, e daqueles campos que foram mais afetados no passado recente.

## Referências Bibliográficas

AUGUSTO, A. G; CARCANHOLO, M. D. (2014). **Ainda sobre a teoria da história em Marx.** *Lutas Sociais*, 18(33), 9–22.

BARROS, José D. Assunção. **Historicismo: notas sobre um paradigma.** *Antíteses*, p. 391-419, 2012.

CÂNDIDO, Antônio. **O significado de Raízes do Brasil.** In: HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil.* Companhia das letras: São Paulo, 1995.

CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História.** Editora Campus: Rio de Janeiro, 1997.

GUIMARÃES, Carlos. **Entrevista concedida à Alice Dias.** Niterói, 19 de Agosto. 2024.

HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil.** Companhia das letras: São Paulo, 1995.

HONORATO, Cezar. **Entrevista concedida à Alice Dias.** Niterói, 4 de Agosto. 2024.

Licenciatura em História UFF. Projeto Político Pedagógico (Reforma Curricular 2016-2018). Niterói, 2018.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudo sobre a dialética marxista.* São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Ontologia do ser social - os princípios ontológicos fundamentais de Marx.* São Paulo: Editora Lech, 1979.

MANZANO, Sofia. **Economia Política para Trabalhadores.** São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2013.

MARX, Karl; FERNANDES, Florestan. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins fontes, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2002.

\_\_\_\_\_. **Crítica ao programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2020.

\_\_\_\_\_. **O Capital.** São Paulo, Boitempo, 2023.

MOTTA, José. **Agonia ou Robustez? Reflexões acerca da historiografia econômica brasileira.** *Revista de Economia PUC-SP*, São Paulo, n. 1, p.117-138, jan.jun./2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WERNECK, Nelson. **Quem é o povo no Brasil?** Editora Civilização Brasileira S.A.: Rio de Janeiro, 1962.